



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Fund. Centro de Atendimento Sócioeducativo ao Adolescente - CASA

SECRETARIA: Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 139/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Fundação Centro de Atendimento Sócioeducativo ao Adolescente - CASA, número SIC em epígrafe, solicitando cópia do Parecer Jurídico n.º 819/2010.
2. Em resposta, a Fundação forneceu o documento pleiteado, acompanhado de parte da CI DRH n. 2235/2010. Em recurso hierárquico, insurgiu-se contra incompletude do documento, sendo que a Fundação indeferiu o recurso, indicando que o pedido original tinha por objeto apenas o parecer. Na sequência, o interessado apresentou o recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto n.º 61.175/2015.
4. Não há que se falar em negativa de acesso à informação, considerando que o pedido formulado inicialmente, adstrito ao Parecer Jurídico n.º 819/2010, foi devidamente atendido, tendo sido disponibilizada cópia integral do mesmo (fls. 9/17). Verifica-se, portanto, que a resposta do órgão atendeu ao disposto no artigo 11, caput, da Lei Federal n.º 12.527/2011, exaurindo sua responsabilidade.
5. Por certo isso não significa que seja vedado ao interessado formalizar novo pedido de acesso, referente ao documento objeto do presente recurso. No entanto, não se admite, via de regra, inovação de pedido em grau recursal, de modo a preservar o procedimento legalmente fixado. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, última instância da estrutura recursal em âmbito federal, ao justificar a edição da Súmula 2/2015: “a alteração da matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que o conhecimento de matéria estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Diante do exposto, constatada a plena satisfação da demanda, dentro dos limites e especificidades do pedido inaugural, **conheço do recurso**, para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da Lei, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão -- SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 2 de maio de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO